



UFSM

Artigo Monográfico

**A INTERAÇÃO SURDO-OUVINTES NO ESPAÇO ESCOLAR
INCLUSIVO**

Margarete de Fátima Tiecher Pedebos

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

SÃO BORJA, RS, Brasil

2007

A INTERAÇÃO SURDO-OUVINTES NO ESPAÇO ESCOLAR INCLUSIVO

por

Margarete de Fátima Tiecher Pedebos

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

São Borja, 24 de novembro de 2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação – Especialização em Educação Especial:
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico
de Especialização

**A INTERAÇÃO SURDO-OUVINTES NO ESPAÇO ESCOLAR
INCLUSIVO**

elaborada por

Margarete de Fátima Tiecher Pedebos

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos***

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª Elisane Maria Rampelotto
(Presidente/Orientador)

Profª Ms Melânia de Melo Casarin

Profª Ms Michele Quinhones Pereira

São Borja, 24 de novembro de 2007.

RESUMO

Artigo de Especialização

Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo
e Educação de Surdos

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A INTERAÇÃO SURDO-OUVINTES NO ESPAÇO ESCOLAR INCLUSIVO

AUTORA: MARGARETE DE FÁTIMA TIECHER PEDEBOS

ORIENTADORA: ELISANE MARIA RAMPELOTTO

SÃO BORJA, 24 de novembro de 2007.

A Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios do sistema educacional. Desenvolvida na década de 70, a Educação Inclusiva envolve muito mais do que o aluno com necessidades especiais, ela envolve também a família, a escola e a sociedade. Portanto, este é o foco do presente estudo: a inclusão de alunos surdos na classe regular. Com este trabalho, busca-se analisar as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores e colegas ouvintes no interior das classes da rede regular de ensino. Assim, pretende-se examinar como tem se dado a inserção desses alunos no contexto da classe comum em que a maioria dos alunos é ouvinte, falante e usuário de uma língua articulada verbalmente e captada auditivamente. Acredita-se que essa situação lingüística traz impactos em relação às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimento por parte do surdo, pois as línguas de sinais¹, como bem se tem conhecimento, são articuladas por sinais e captadas visualmente. Enfim, o estudo está orientado para a repercussão dessas condições que implicam a não-existência de um território lingüístico comum, com conseqüências para a explicitação de idéias e o diálogo autêntico, principalmente porque escola/professores estão despreparados para atender essa clientela.

Palavras-chave:

surdez – interação – escola regular

1 Por Língua de Sinais (LS) entende-se “um sistema lingüístico usado para a comunicação entre pessoas surdas e adquirido como primeira língua por pessoas que não podem ouvir nenhuma língua falada e por filhos de pais surdos” (STOKOE, 1980).

ABSTRACT

Article of Specialization

Specialization Course in Special Education: Deficit Cognitivo

And Education of the Deaf

Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

THE INTERACTION SURDO - OUVINTES IN SPACE SCHOOL INCLUSIVE

**AUTHOR: MARGARETE OF FATIMA TIECHER PEDEBOS
ADVISOR TEACHER: Dr^a ELISANE MARIA RAMPELOTTO**

SÃO BORJA, November 24, 2007

The Inclusive Education is undoubtedly one of the biggest challenges of the educational system. Developed in the 70, the Inclusive Education involves much more than a student with special needs, it also involves the family, school and society. So this is the focus of this study: the inclusion of deaf students in the regular class. With this work, search is examining the circumstances interactive those students down with their teachers and fellow listeners inside the classes of the network of regular education. Thus, it is intended to examine as has been given to these students insertion in the context of the common class where most students is listener, speaker and user of a language verbally articulated and captured auditivamente. It is believed that this language brings impacts regarding possibilities for interaction, communication and construction of knowledge by the deaf, as the language of signs, as they are known, are articulated by signs and captured visually. Finally, the study is focused on the impact of these circumstances involving non-existence of a common language territory, with consequences for the explanation of ideas and dialogue authentic, mainly because school teachers are unprepared to meet this clientele.

Words-Key:

deafness - interaction - regular school

A INTERAÇÃO SURDO-OUVINTES NO ESPAÇO ESCOLAR INCLUSIVO

INTRODUÇÃO

Hoje, é cada vez mais comum, nas discussões sobre políticas públicas, falar sobre Educação Inclusiva e presença de alunos, nomeados sujeitos com necessidades especiais, na escola regular. No entanto, observa-se que muitas escolas e/ou professores não estão vivenciando a inclusão como sinônimo de entendimento das diferenças², pois sabe-se das dificuldades que os sujeitos surdos enfrentam ao serem incluídos no ensino comum, principalmente, no que se refere às possibilidades de interação, comunicação e construção de conhecimento realizadas no mesmo espaço escolar dos ouvintes. Assim, destaca-se que é importante compreender o outro na sua diferença e tentar oferecer um ensino adequado, com a presença de intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois entende-se que todo ser humano, independente de sua diferença, tem capacidades e limitações. Além disso, entende-se que os professores ainda não estão preparados para lidar com as diferenças, as limitações e as individualidades a fim de que realmente todos alunos sejam incluídos e, ao mesmo tempo, esses professores não estão preparados para analisar o que é “estar” excluído em uma sociedade que se diz “igualitária”.

Apesar de o sujeito surdo conhecer e dominar a língua de sinais, fica inviável uma interação entre seus pares ouvintes porque eles (os ouvintes) não conhecem essa língua. Além disso, na maioria dos casos, não há intérpretes nas salas de aula do ensino comum/regular. Com isso, o aluno surdo fica prejudicado no processo de aprendizagem escolar, pois é submetido a alguns gestos, à oralidade e à parte da escrita. Assim, nesse espaço de ensino, a questão da identidade do sujeito surdo também fica comprometida.

A legislação brasileira (Constituição Federal/88 e LDB 9394/96, entre outras) prevê a integração do educando com necessidades especiais no sistema regular de

² Diferença: “conceito que passou a ganhar importância na teorização educacional crítica a partir da emergência da chamada ‘política de identidade’ e dos movimentos multiculturalistas. Nesse contexto, referem-se às diferenças culturais entre os diversos grupos sociais, definidos em termos de divisão social, tais como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade e nacionalidade. Em algumas das perspectivas multiculturalistas, a diferença cultural é simplesmente tomada como um dado da vida social que deve ser respeitado” (SILVA, 2000, p. 42).

ensino. Isso, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário estabelecer, para cada caso, o momento oportuno e as condições para que o educando comece a freqüentar a classe comum, com possibilidade de êxito e progresso na sua aprendizagem.

A inserção do aluno surdo em classe comum não acontece como num passe de mágica. Ela é uma conquista que tem que ser feita com muito cuidado, estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno surdo, intérprete de LIBRAS, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes, demais profissionais da escola, etc.

Neste artigo, busca-se observar até que ponto há interação entre surdos-ouvintes no espaço escolar inclusivo. Assim, o estudo tem como foco um aluno surdo que freqüenta a 3ª série do Ensino Médio em uma escola estadual da cidade de São Borja – Rio Grande do Sul. O trabalho trata-se de uma pesquisa de campo, que utiliza como instrumento o questionário³, em que é focalizada a experiência de inclusão desse sujeito em escola regular, sem a presença de intérprete de língua de sinais.

1 A SURDEZ NO BRASIL E A ESCOLA REGULAR

As políticas nacionais de inclusão escolar têm como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil⁴, que define Educação Especial como a modalidade escolar para educandos “portadores de necessidades especiais”, com preferência na rede regular de ensino (Capítulo V, artigo 58). A partir desse documento, os representantes governamentais reproduzem a Declaração de Salamanca⁵.

No Brasil, existem 24 milhões de pessoas portadoras de deficiência, o que significa cerca de 14% da população. Entre elas, 5,7 milhões são pessoas com

3 O questionário é “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (LAKATOS e MARCONI, 1991, p. 201).

4 LDB, Lei 9394/1996

5 Documento elaborado por ocasião da Conferência de Salamanca, realizada na Espanha, de 07 a 10 de junho de 1994, que é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social.

deficiência auditiva (Censo – IBGE 2000)⁶. Essas pessoas encontram-se excluídas de diversas formas, de várias dimensões da vida social e produtiva.

No caso dos surdos, a maioria deles tem grande dificuldade de ler e entender a língua escrita. Isso se deve não apenas em decorrência da quase inexistência de projetos ligados à capacitação do surdo, mas também em virtude das dificuldades na aquisição de uma segunda língua (a língua portuguesa), pois os surdos usam como primeira língua a Língua de Sinais (LS). Esse domínio reduzido da língua portuguesa, por parte da comunidade surda, é derivado de implicações lingüísticas e de cunho estrutural da escola brasileira. A primeira implicação lingüística está relacionada com o fato de que a maioria dos alunos surdos são filhos de pais ouvintes que não dominam a LS. Portanto, a escola para surdos se torna imprescindível o espaço que oferece melhores condições e garante que a língua de sinais sirva de instrumento comunicativo para o desenvolvimento educacional dos sujeitos surdos. Devemos salientar que a aquisição de uma língua de forma natural e espontânea é a chave para a aquisição da linguagem. Nesse sentido as

[...] políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância dos sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem dos sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais em escolas comuns (*Declaração de Salamanca, 1994*)⁷.

No entanto, a estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois, apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em esmagadora maioria, carecem de recursos físicos e financeiros e, principalmente, humanos (professores especializados e intérpretes), para a inclusão do aluno surdo na sala de aula.

6 IBGE. Censo demográfico 2000: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2000.

7 DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://www.iie.min-edu.pt/proj/inclusivas/declaracao-salamanca.doc>. Essa Conferência Mundial contou com a participação de noventa e dois países e vinte cinco organizações internacionais reunidos em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Julho de 1994.

No que se refere à educação de sujeitos surdos, felizmente, o Brasil destaca-se na América Latina, com relação aos outros países, segundo Marlene de Oliveira Gotti⁸:

O Brasil destaca-se na América Latina, porque tem uma política educacional que prevê a inclusão de todos os alunos, inclusive daqueles que têm diferenças lingüísticas. Destaca-se, porque reconheceu a Língua de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, utilizada por um expressivo grupo de brasileiros [...].

A Lei nº 10.436,6, decretada e sancionada em 24 de abril de 2002, artigo 4º dispõe que:

O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis, médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme legislação vigente.

Segundo o IBGE⁹, o número de surdos, em 2000, ultrapassava os 5 milhões. O Censo da Educação Superior de 2004 registrou 974 alunos com algum tipo de deficiência auditiva que freqüentam curso superior. Os dados do Censo Escolar de 2006 já registram a matrícula, na Educação Básica, de 69.277 alunos com os variados graus de surdez. Com o reconhecimento da LIBRAS e, principalmente, com a publicação do Decreto nº 5626/05, a oferta de educação bilíngüe passa a ser a diretriz que norteia os direitos dos alunos surdos, por considerar essa educação fundamental para o exercício da cidadania.

No entanto, percebe-se que são vários os motivos pelos quais esses alunos não concluem seus estudos, começando pelo próprio currículo, que contempla conteúdos pedagógicos amplos, está preparado e pensado para crianças ouvintes (GOÉS e LAPLANE, [s.d.], p. 133). Há também outras barreiras: os colegas ouvintes que não conseguem se comunicar e o professor, que se sente despreparado diante

8 Entrevista à *Inclusão*: Revista da Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

9 FAULSTICH, Enilde. *O caso dos surdos*. Professora e pesquisadora do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula – LIV/IL/UnB. Criou a Licenciatura em Português do Brasil como segunda Língua – PBSL-, juntamente com professores do Departamento. Participou da implantação de Curso de Licenciatura em Letras/Libras e atualmente é a coordenadora do pólo da UnB. Disponível em: < <http://www.campogrande.news.com.br/debates/debates> > Acesso em 07 out, 2007.

de tal realidade, uma vez que, em uma sala com mais de trinta alunos, dedicar sua atenção a um único aluno é muito difícil.

Assim, questiona-se até que ponto o ensino regular auxiliará na aprendizagem de surdos, pois é necessário mais que boa vontade dos professores, é preciso que dentro de uma sala de aula, com estudantes do ensino regular, com a maioria de alunos ouvintes, um aluno surdo tenha atenção especial e diferenciada. Em relação a essa questão, vale salientar as palavras de Carlos Skliar (2005, p. 11):

Pode-se dizer que a educação dos surdos parece se encontrar, hoje, diante de uma encruzilhada. Por um lado, manter-se, ou não, dentro dos paradigmas da educação especial reproduzindo o fracasso da ideologia dominante – movimento de tensão e ruptura entre a educação especial e a educação de surdos. Por outro lado, aprofundarem-se as práticas e os estudos num novo campo conceitual, os Estudos dos Surdos, quebrando assim a sua dependência representacional com a educação especial, e se aproximando dos discursos, discussões e práticas próprias de outras linhas de pesquisa e estudo em educação.

No que se refere a ações específicas que tem por objetivo reconhecer as diferenças pelos órgãos competentes na promoção da educação para todos, é citada a Declaração de Salamanca:

Linha de Ação da Declaração no capítulo II, artigo 21, os alunos surdos devem ter um atendimento específico:

21. As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da linguagem dos sinais como meio de comunicação para surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da linguagem dos sinais de seu país. Face às necessidades específicas de comunicação de surdos e de surdos-cegos, seria mais conveniente que a educação lhes fosse ministrada em escolas especiais ou em classes ou unidades especiais nas escolas comuns (*Declaração de Salamanca*, 1994).

Conforme pode-se observar, a *Declaração de Salamanca* assegura que todos os alunos surdos devem ter um atendimento específico, em que se leve em conta as diferenças individuais, bem como as diferentes situações as quais cada um está inserido. Além disso, segundo esse documento, para que as necessidades de cada aluno surdo sejam asseguradas, seria mais conveniente que eles fossem atendidos em escolas especiais.

2 SURDEZ: UM ESTUDO DE CASO

Para a realização deste estudo, foi elaborado um questionário. Esse questionário foi aplicado a um aluno surdo do 3º ano do Ensino Médio. O estudo foi realizado em uma escola de periferia da cidade de São Borja, interior do estado do Rio Grande do Sul.

A seguir, são transcritas algumas de suas inquietações, esperanças e dificuldades:

A comunicação é difícil, o professor fala pouco com surdo, mais com ouvintes, quando ele pergunta, o professor geralmente responde no quadro com giz [...]

Fico sentido porque a professora conversa pouco. E quando vai falar eleva a voz, mas isso acaba doendo o ouvido.

Não entendo o conteúdo, fico nervoso, acho difícil escrever. Penso que seria melhor estudar com uma intérprete na sala de aula para entender todos os conteúdos.

Agora estou me sentido melhor, pois os colegas querem aprender LIBRAS.

O aluno demonstra ser bastante interessado em aprender, por isso consegue superar muitas barreiras. Além disso, o fato de os colegas estarem buscando aprender LIBRAS é um estímulo, pois, dessa forma, ele sente-se valorizado e incluído no grupo.

Ele cita também que o fato de os professores permitirem que ele trabalhe em duplas favorece seu aprendizado, pois, com um grupo menor, a comunicação é mais fácil. No entanto, ele diz que alguns professores ainda não permitem o trabalho em equipe e isso torna mais difícil a comunicação com os colegas e com o próprio professor.

No que se refere à dificuldade com a escrita, percebe-se que ele sente falta do domínio da leitura e da escrita da língua portuguesa, pois sente a importância dessas habilidades para o sucesso na escolarização. Em relação a esse aspecto, diversos pesquisadores vêm se empenhando em investigar o processo de produção escrita de alunos surdos, numa abordagem lingüística, como Gesueli (1998), que estudou processos iniciais de alfabetização, e também Góes (1996) e Souza (1998), que investigaram a produção escrita de adolescentes surdos.

Com base em relatos negativos de surdos que freqüentaram a rede regular de ensino, vários autores, entre eles Skliar (2005), Sá (1997) e Perlin e Quadros

(1997), defendem o direito do surdo a uma escolarização que considere primordialmente as suas necessidades lingüísticas e psicossociais. Eles propõem que a educação do aluno surdo se dê num contexto que congregue surdos de tal forma que seja possível promover a aquisição da LIBRAS.

Assim, é fundamental que o professor leve em conta as necessidades dos alunos surdos, pois a educação dos surdos sempre foi discutida apenas por ouvintes, sem considerar o pensamento desses sujeitos sobre o assunto. Em relação à falta de oportunidade que o aluno surdo tem de expressar sua opinião, Cristina Cinto Araújo Pedroso e Tárzia Regina da Silveira Dias¹⁰ salientam:

Os resultados desse processo não são nada satisfatórios. A maioria dos surdos que estiveram na escola nas últimas décadas e os que ainda estão não puderam ser beneficiados por ela, principalmente considerando os atuais objetivos da educação, ou seja, promover o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Além dos aspectos comentados anteriormente, os dados coletados por meio do questionário também indicam problemas que ocorrem no espaço escolar. Alguns problemas identificados pelo entrevistado são: o desconhecimento sobre a surdez e suas implicações educacionais e as dificuldades em razão de não haver professor/intérprete. O depoimento aponta ainda dificuldades com adaptações curriculares e estratégias metodológicas e exclusão do aluno surdo de atividades em sala de aula.

O aluno cita também que ele aprende melhor agora, quando frequenta aulas com uma professora de LIBRAS, pois, conforme afirma o sujeito da pesquisa, ele *“Geralmente só entende e aprende com o apoio da professora Vânia, que é interprete de sinais e trabalha com alunos surdos”*.

Em síntese, de acordo com os depoimentos coletados, quando o aluno recebe atendimento educacional nos dois modelos concomitantes, um comum e outro especial, a aprendizagem é facilitada. Entretanto, segundo Pedroso e Dias, existe a tendência de os professores do ensino regular transferirem, ao professor do ensino especial, a função de ensinar os conteúdos, mas essa atitude, segundo os mesmos autores, pode fazer com que o aluno surdo permaneça na classe comum

10 In: Com a Palavra o Surdo: O Que Ele Tem a Dizer Sobre os Seus Relacionamentos na Escola. Disponível em: < <http://www.ines.org.br/paginas/revista> > Acesso em 20 jul, 2007.

apenas copiando, sem entender os conteúdos desenvolvidos e, possivelmente, em uma condição segregada e discriminada.

Diferentemente do aluno entrevistado, que tem como meta continuar seus estudos após a conclusão do Ensino Médio, Souza (1998, p. 33 apud PEDROSO e DIAS) apresenta um depoimento de um surdo, que também confirma essas dificuldades escolares dos surdos, mas esse informante, no estudo dessa autora, coloca que "*não sabia o que estava fazendo na escola*", que "*era melhor ficar em casa*" já que "*não entendia nada*" e "*não participava de nada*" e que "*tinha vontade de fugir*", que "*sofria muito*".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a política de inclusão escolar e social é reconhecida a partir do direito de todos alunos matricularem-se na rede regular de ensino, de qualquer estado ou município. Essa política determina que as escolas devam estar aptas a trabalhar com as diferenças, especificamente as lingüísticas. No entanto, o que se observa é que a adaptação desses alunos é muito difícil. Principalmente, pela má preparação dos professores e, conseqüentemente, de toda a instituição.

No caso dos surdos, o acesso à informação e à educação será garantido mediante a implementação da educação bilíngüe – a LIBRAS, uma língua espacial-visual, que é a língua dos surdos, ainda pouco conhecida no Brasil. Encontra-se aí uma das maiores barreiras da inclusão social dos surdos.

Felizmente, o número de brasileiros que apresentam necessidades especiais e buscam as escolas regulares está aumentando. Segundo dados do Censo Escolar de 2003, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), a cada 100 estudantes com deficiências, 29 estão matriculados em classes comuns. O aumento da chamada educação inclusiva em relação ao ano passado é de 30,6%.

Em 1998, quando o censo analisou pela primeira vez a situação de alunos especiais – com deficiências visual, auditiva, física, mental ou superdotados – apenas 15% estavam em escolas regulares. Segundo o último levantamento, há 358.987 crianças com alguma dessas características freqüentando escolas, 144.583 delas em classes regulares do ensino básico. A recomendação para que pessoas

com deficiências sejam educadas na rede regular de ensino está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996.

A inclusão cresce a cada ano e o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos também acompanha esse crescimento. O que se busca é uma escola em que os alunos aprendam a conviver com a diferença e se tornem cidadãos solidários. O professor é fundamental nesse processo, pois é ele quem conduzirá sua aula para que essa realidade aconteça.

A Educação Inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos, igualmente, o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos. Esse é um processo que se desenvolverá a partir de desafios a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos os educandos em escolas regulares. A escola deve ser um lugar onde essas crianças desenvolvam a sua autoconfiança para que possam falar sobre seus desejos sozinhas, sem que outra pessoa diga isso por elas, construindo um futuro dentro de suas ocupações sociais, juntamente com seus colegas.

Percebe-se que atitudes discriminatórias persistem na sociedade devido à falta de informação e a pouca convivência com o diferente. A resposta educativa à diversidade e à igualdade em educação é, sem dúvida, um dos desafios mais importantes da atualidade. Alcançar os objetivos da prática educativa requer mudanças nas concepções, nas atitudes e no envolvimento de todo o quadro docente e, principalmente, das instituições governamentais, em âmbito de políticas sociais e econômicas, fazendo com que a realidade do princípio da educação seja, realmente, responsabilidade de todos.

Como se pôde confirmar, após as diferentes leituras realizadas e também após a entrevista com um aluno surdo, é que a falta de preparo dos professores é um empecilho, mas não é fator determinante para a não-integração do aluno com necessidades especiais em classe regular. Sabe-se que o empenho entre ambos – o que ensina e o que aprende – resulta em reconhecer possibilidades e limitações entre ambos.

O intérprete é de fundamental importância, assim como o ensino de LIBRAS aos professores, para que eles saibam repassar conteúdos em sala de aula, efetivando o processo de ensino-aprendizagem, pois o fato de ser surdo não

significa que esse aluno não possa ensinar e aprender, a partir de suas experiências e de sua aprendizagem.

É certo que, depois do exposto, compreendemos que os surdos, apesar da dificuldade na apreensão de informações direcionadas para ouvintes, conseguem tomar parte na aquisição de diferentes conteúdos. Porém, entende-se que eles devem ter atendimento diferenciado, assim como todos os demais alunos em sala de aula.

Não existe a necessidade de o conteúdo ser ajustado aos surdos, pois os mesmos não têm comprometimento em sua inteligência pelo fato de serem surdos e isso seria uma forma de disfarçar o preconceito. É certo, sim, que a língua utilizada seja trabalhada para a melhor captação de informações.

Ao compreender aos surdos como sujeitos visuais, é questão fundamental utilizar experiências em que sejam explorados todos os recursos visuais possíveis.

Assim, destaca-se que profissionais da área da educação precisam estar atentos para as particularidades da aprendizagem dos surdos, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos de todos os ouvintes dentro de uma sociedade igualitária. Essa busca de igualdade é comprovada no relato do sujeito dessa pesquisa, em que são narradas certas dificuldades durante as aulas, devido à falta de uma comunicação efetiva entre ele e os professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U.de dezembro de 1996. Florianópolis: Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Portaria CENESP/MEC, n. 69. Brasília, 1986.

CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão à Inclusão – Uma longa caminhada. IN: MOSQUERA, J. e STOBAÜS, C. (Orgs). **Educação Especial: Em Direção à Educação Inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Declaração De Salamanca e Linha De Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Corde, 1994.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GÓES, M.C.R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

IBGE. **Censo demográfico 2000: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2000.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SILVA, Thomas Tadeu da. **Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SKLIAR, Carlos (org). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

STOKOE, William C. Sign language structure. **Annual review of anthropology**. Tradução por M.A. Nobre. v.9, p. 365-390, 1980.